

A VERDADE SOBRE A GUERRA DE LIBERTAÇÃO EM MOÇAMBIQUE (I)

«As zonas já libertadas totalizam quase cinco milhões de habitantes»

Constituição da República Portuguesa: art.º 7.º, n.º 3. «Portugal reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo».

«Eles podem chamar-nos bandidos armados, mas nós consideramo-nos combatentes pela Liberdade». Foi com estas palavras que Evo Fernandes, secretário-geral da Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) iniciou uma longa entrevista concedida em exclusivo a «O DIA».

Quase todos os dias e desde há muito tempo, os órgãos de comunicação social portugueses dão conhecimento da guerra que se trava em Moçambique entre a Renamo e a Frelimo. Só que as notícias são pontuais, sobre um ataque, uma emboscada, declarações formais do governo de Maputo, comunicados da Renamo ou posições oficiais assumidas por Pretória (África do Sul).

Através deste género de informação sincopada, de propaganda e contra propaganda, os portugueses não conseguem obter uma correcta noção da verdadeira realidade moçambicana. Existe, sobretudo, uma grande confusão sobre os acordos de Incomati — tão empoloados recentemente — tanto na imprensa nacional como internacional, e dos quais parece não ter resultado nada de útil ou construtivo.

Aproveitando uma passagem por Lisboa do secretário-geral da Renamo, «O DIA» decidiu entrevistá-lo com o único objectivo de fornecer aos leitores uma visão clara da actual situação no terreno. A partir desta entrevista os portugueses poderão raciocinar sobre dados concretos, e os centros nacionais de decisão política terão motivo para meditar.

Evo Fernandes entendeu sintetizar a existência histórica de Moçambique. Colónia portuguesa durante vários séculos, o seu actual território geográfico foi, porém, definido na Conferência de Berlim, nos finais do século XIX, como aliás foram então definidos todos os territórios africanos dependentes das potências coloniais europeias.

«É nesta delimitação territorial concreta que vive, desde há muitos séculos, uma população que hoje podemos calcular em cerca de dez milhões de pessoas», sublinhou Evo Fernandes, «dado que — acrescentou — o último recenseamento populacional feito pela administração portuguesa foi em 1970 e apontou para nove milhões e quinhentos mil habitantes».

«Contudo, é importante não esquecer que o povo moçambicano contém, no seu seio, línguas e religiões diferentes. Há, portanto, uma diferenciação cultural. Objectivamente pode afirmar-se que existem doze línguas. Em matéria de religião, cerca de três milhões de habitantes são árabes que professam a linha religiosa sunita (predominante, por exemplo, em Oman, emirato do golfo pérsico), contrariamente à linha religiosa seguida por Kombeini, do Irão, que é chiíta. Cerca de um milhão e meio de moçambica-

nos são cristãos, facto em grande parte resultante da acção missionária dos portugueses, e os restantes, portanto cerca de cinco milhões, são animistas».

«RESPEITAMOS AS VÁRIAS CULTURAS»

«No quadro que resumidamente descrevi», prosseguiu o secretário-geral da Renamo, «torna-se evidente que existe uma grande diferenciação cultural, corporizada em comunidades que possuem os seus chefes naturais (os régulos) e um direito consuetudinário próprio. Esta é uma realidade que não deve ser agredida intempestivamente nem alterada por decreto».

«A Frelimo acusa-nos de apoiarmos os régulos pretendendo insinuar com isso que usamos regras coloniais. A acusação é ridícula e pouco inteligente, mas deriva da filosofia comunista que o governo de Maputo perfilhou».

«Com efeito, Samora Machel aprovou um programa, que foi designado «Operação Produção», programa copiado de um outro que os Kmeres Vermelhos realizaram violentamente, no Camboja. Todos conhecemos também as célebres transféncias forçadas de populações que Estaline organizou na União Soviética».

«Foi isto que a Frelimo, numa aceitação irracional e primária dos métodos soviéticos e chineses, pretendeu e pretende fazer em Moçambique. Claro que esta política ditada por Maputo provocou a revolta das populações».

«Tem aqui — explicou Evo Fernandes — uma das razões do fracasso a nível nacional da Frelimo e uma das razões do nosso sucesso. Enquanto a Frelimo violenta e agride a cultura e as tradições das várias comunidades culturais moçambicanas, nós defendemo-las e respeitamo-las. Por isso os guerrilheiros da Renamo movem-se entre as populações como peixes na água».

Interrogado por «O DIA» a dar um exemplo e uma imagem actual da economia moçambicana, Evo Fernandes esclareceu que a transferência forçada das populações a que se referiu, destinava-se, nos planos da Frelimo, a criar «aldeias comunais» de produção agrícola. Só que — prosseguiu — «para além da agressão em deslocar à força os habitantes, os camponeses das aldeias comunais não recebem salários, mas apenas alguma comida para subsistirem fisicamente. Trata-se de um regime de escravatura, nos finais do século XX, imposto pelo governo deirante e psicopata de Maputo».

«À BEIRA DA BANCARROTA»

«Quanto à imagem da situação económica, posso afirmar-lhe o seguinte: em 1973, Moçambique era a oitava po-

■ Evo Fernandes, secretário-geral da RNM, fala a «O DIA»

tência económica africana. Hoje, em 1984, Moçambique encontra-se entre os doze países mais pobres do mundo, num quadro a que já se chama o «quarto mundo». Ultrapassou, em miséria, a área conhecida por «terceiro mundo». Quando a Frelimo aponta como causas para esta situação as secas (a falta de chuva) está a fazer demagogia e a mentir. O colapso económico de Moçambique começou em 1975, com a aplicação das regras marxistas».

«Moçambique está à beira da bancarrota. Suspendeu pagamentos em princípios do ano passado e a dívida externa actual é de cerca de dois bilhões de

dólares (cerca de 320 milhões de contos). As exportações de 1983 desceram, a preços correntes, 40 por cento em relação a 1982. E ladas pela propaganda da Frelimo — e reflectida em certa imprensa portuguesa — é a de que a Renamo não tem ideologia.

massas populares que tem o seu braço armado na Renamo e rejeita em absoluto uma ditadura totalitária, cruel e brutal, personificada em Samora Machel e institucionalizada pelo regime da Frelimo, com um partido único de filiação soviética e marxista».

DEMOCRACIA, FUNDAMENTALISMO E NACIONALISMO

Dissemos a Evo Fernandes que uma das acusações formu-

ladas pela propaganda da Frelimo — e reflectida em certa imprensa portuguesa — é a de que a Renamo não tem ideologia.

«De qualquer modo o movimento rege-se por determinados princípios que são, obviamente, princípios ideológicos. Quando alcançarmos a vitória final, está programado que faremos um congresso do qual poderá nascer um partido ou mesmo dois. O importante é o fundamento e a justificação da nossa luta, que se baseia no ideal democrático, no fundamentalismo e no nacionalismo».

Instado a explicitar melhor estes três princípios, Evo Fernandes acrescentou:

«Democrático, porque queremos uma sociedade pluralista assente no diálogo, o que é impossível num regime monolítico e totalitário como o actual».

«Fundamentalista, porque queremos respeitar as tradições nacionais numa sociedade que fala várias línguas e professa várias religiões. Evidentemente que a língua oficial é e será o português. Mas o progresso pacífico e consolidado só se faz no respeito pela História e não pela pretensão marxista da História, como rejeitamos a agressão aos valores e tradições culturais. Isto não é conservadorismo. Bem pelo contrário, é a verdadeira revolução: construir um Estado de Direito, moderno, onde a evolução das instituições tradicionais e realidades objectivas deve ser feita pela progressão da própria dinâmica económica e social. Não se pode, por decreto, dizer a um árabe que deixe de ser, ou a um cristão que deixe de o ser, pelo simples facto de o comunismo ser ateu. E muitos menos impor pela força esse decreto».

«Isso seria uma brutalidade reaccionária, como é reaccionário tudo o que vai contra os Direitos do Homem e as liberdades fundamentais dos cidadãos, e é este, exactamente, o nosso conceito de fundamentalismo, o

que Moçambique seja uma Pátria independente e soberana para todos os moçambicanos, e onde todos sintam orgulho nacional em ter nascido naquela terra, independentemente da religião ou da língua tradicional. Exigimos um Estado de Direito, onde os cidadãos sintam que são protegidos e defendidos, e não oprimidos e escravizados».

«Estes são os três princípios básicos pelos quais nos batemos e que regem a nossa revolução, que é a revolução do futuro. A primeira revolução africana poderá situar-se no final da última guerra mundial, com as independências resultantes dos acordos de Yalta, em 1944. A segunda revolução africana será pelos direitos humanos, pelas liberdades, pelos direitos nacionais. É por isto que o nosso povo, sob a direcção de Afonso Dhlakama, presidente da Renamo, faz a guerra contra o regime de Samora Machel».

«LIBERTAMOS 5 MILHÕES DE MOÇAMBICANOS»

Evo Fernandes falou em guerra. Interrogámo-lo então sobre essa realidade, apoios, possibilidades, futuro.

O secretário-geral esclareceu que a Renamo tem, neste momento, o território dividido em três zonas: libertadas, controladas e zonas de guerra.

«São aquelas onde o movimento está implantado com estruturas próprias, civis e militares, havendo um elemento de ligação (mujiba) entre o chefe local (o régulo) e a Renamo. Nestas zonas libertadas a Frelimo não tem qualquer hipótese de penetração. O território moçambicano nestas condições inclui o norte de Gaza, oeste de Inhambane, praticamente toda a província de Manica e Sofala, leste da província de Tete e praticamente toda a província da Zambézia. Nestas regiões, as primeiras a serem libertadas, vivem entre 4 a 5 milhões de moçambicanos. Metade da população total».

«O que chamamos zonas controladas correspondem ao resto do país, excepto centros urbanos e vias internacionais de comunicação. São áreas onde a Renamo não está ainda suficientemente implantada e onde a Frelimo tem possibilidades de realizar ataques, utilizando helicópteros, blindados e aviação. Apesar disso, e na realidade, a última operação de envergadura da Frelimo, chamada «operação cabana», foi em meados do ano passado. Este ano fizeram uma única operação de relevo na zona de Inhambane».

«Contudo, pela primeira vez desde que começou a guerra, não fizemos qualquer operação no dia 25 de Setembro último, o que é significativo, pois era a data tradicional para os grandes ataques da Frelimo. Queriam assim marcar o dia em que começou a guerra colonial, em 25 de Setembro de 1964. A Frelimo está hoje numa posição defensiva dos centros urbanos e vias de comunicação vitais».

Na próxima edição: Maputo praticamente cercada.



a previsão para este ano (84) é de menos 60 por cento em relação ao ano passado (83)».

«O fenómeno cambial do mercado negro é o melhor barómetro para medir a situação: oficialmente, em Maputo, um dólar vale 42 miteicais (moeda nacional); no mercado paralelo, um dólar custa 4.200 miteicais! esta é a pura realidade: com vezes mais».

«Só não se verificou a bancarrota — prosseguiu o secretário-geral da Renamo —, porque a França e a Bósgica fizeram um acordo com Maputo de pagamento diferido da dívida ao longo de 11 anos, com os primeiros cinco anos isentos de amortizações. São os interesses financeiros a sobreporem-se à política geoestratégica mundial».

«Repare que é o Ocidente» — salientou Evo Fernandes — «que está a dar ajuda alimentar



O secretário-geral da Resistência Nacional de Moçambique respondeu que o «movimento não é um partido político que, por definição, tem de ostentar um rótulo ideológico e declarar uma posição de Direita, Centro ou Esquerda».

Trata-se de um movimento de

qual tem muito a ver com o conceito humanista».

«Hoje, no mundo moderno, os partidos mais reaccionários e conservadores são os partidos comunistas, tanto em termos culturais como ecológicos».

«Nacionalista — sublinhou Evo Fernandes — porque exige-